

REFERÊNCIAS

- ABBOUD, Georges. *Sentenças interpretativas, coisa julgada e súmula vinculante: alcance e limites dos efeitos vinculante e erga omnes na jurisdição constitucional*. 2009. 309 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/teste/arqs/cp113238.pdf>>. Acesso em: 08 mar. 2013.
- _____. *Jurisdição constitucional e direitos fundamentais*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.
- BALLOTTAGGIO. In: AMARAL, Ana Maria Marcondes do. *Dicionário jurídico italiano-português*. São Paulo: Federal, 2006. (Revisão jurídica de José Percival Albano Nogueira Jr.) p. 79.
- BELLOCCI, Mario; GIOVANNETTI, Tommaso. *Il quadro delle tipologie decisorie nelle pronunce della Corte costituzionale*. Disponível em: <http://www.cortecostituzionale.it/documenti/convegni_seminari/STU%20219_Tipologia_decisioni.pdf>. Acesso em: 28 maio 2013.
- BONSAGLIA, Alexandre Antonucci. *Sentenças aditivas na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal*. 2010. 73 f. Monografia (Escola de Formação) – Sociedade Brasileira de Direito Público, São Paulo, 2010. Disponível em: <http://www.sbdp.org.br/arquivos/monografia/162_Monografia%20Alexandre%20Bonsaglia.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2013.
- BRASIL. Ministério Público Federal. Embargos de Declaração na Petição n.º 3.388 – Roraima – Petição inicial. Disponível em:

<<http://6ccr.pgr.mpf.mp.br/destaques-do-site/embargos-de-declaracao-da-pet-3388-raposa-serra-do-sol>>. Acesso em: 07 jan. 2015.

_____. Supremo Tribunal Federal. Ação Direta de Inconstitucionalidade n.º 2.652 – Distrito Federal. Relator: Min. Maurício Corrêa. Brasília, 08 de maio de 2003. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=266874>>. Acesso em: 07 jan. 2015.

_____. Supremo Tribunal Federal. Ação Direta de Inconstitucionalidade n.º 2.652 – Distrito Federal – Petição inicial. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/estfvisualizadorpub/jsp/consultarprocessoeletronico/ConsultarProcessoEletronico.jsf?seqobjetoincidente=2019101>>. Acesso em: 07 jan. 2015.

_____. Supremo Tribunal Federal. Ação Direta de Inconstitucionalidade n.º 5.170 – Distrito Federal – Petição inicial. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=6997995&ad=s#2%20-%20Peti%E7%E3o%20inicial%20-%20Peticao%20inicial%201>>. Acesso em: 07 jan. 2015.

_____. Supremo Tribunal Federal. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental n.º 54 – Distrito Federal. Relator: Min. Marco Aurélio. Brasília, 14 de abril de 2012. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=3707334>>. Acesso em: 07 jan. 2015.

_____. Supremo Tribunal Federal. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental n.º 54 – Distrito Federal – Petição inicial. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=339091#0%20-%20Peticao%20inicial>>. Acesso em: 07 jan. 2015.

_____. Supremo Tribunal Federal. Embargos de Declaração na Petição n.º 3.388 – Roraima. Relator: Min. Roberto Barroso. Brasília, 23 de outubro de 2013. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=5214423>>. Acesso em: 07 jan. 2015.

_____. Supremo Tribunal Federal. Mandado de Injunção n.º 670 – Espírito Santo. Relator: Min. Maurício Corrêa. Relator para o acórdão: Min. Gilmar Mendes. Brasília, 25 de outubro de 2007. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=558549>>. Acesso em: 07 jan. 2015.

_____. Supremo Tribunal Federal. Mandado de Injunção n.º 708 – Distrito Federal. Relator: Min. Gilmar Mendes. Brasília, 25 de

outubro de 2007. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=558551>>. Acesso em: 07 jan. 2015.

_____. Supremo Tribunal Federal. Mandado de Injunção n.º 712 – Pará. Relator: Min. Eros Grau. Brasília, 25 de outubro de 2007. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=558553>>. Acesso em: 07 jan. 2015.

_____. Supremo Tribunal Federal. Mandado de Segurança n.º 26.602 – Distrito Federal. Relator: Min. Eros Grau. Brasília, 04 de outubro de 2007. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=555539>>. Acesso em: 07 jan. 2015.

_____. Supremo Tribunal Federal. Mandado de Segurança n.º 26.603 – Distrito Federal. Relator: Min. Celso de Mello. Brasília, 04 de outubro de 2007. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=570121>>. Acesso em: 07 jan. 2015.

_____. Supremo Tribunal Federal. Mandado de Segurança n.º 26.604 – Distrito Federal. Relatora: Min. Cármen Lúcia. Brasília, 04 de outubro de 2007. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=552057>>. Acesso em: 07 jan. 2015.

_____. Supremo Tribunal Federal. Medida Cautelar na Ação Direta de Inconstitucionalidade n.º 2.332 – Distrito Federal. Relator: Min. Moreira Alves. Brasília, 05 de setembro de 2001. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=347548>>. Acesso em: 07 jan. 2015.

_____. Supremo Tribunal Federal. Medida Cautelar na Ação Direta de Inconstitucionalidade n.º 2.332 – Distrito Federal – Petição inicial. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/estfvisualizadorpub/jsp/consultarprocessoeletronico/ConsultarProcessoEletronico.jsf?seqobjetoincidente=1868340>>. Acesso em: 07 jan. 2015.

_____. Supremo Tribunal Federal. Petição n.º 3.388 – Roraima. Relator: Min. Ayres Britto. Brasília, 19 de março de 2009. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=612760>>. Acesso em: 07 jan. 2015.

_____. Supremo Tribunal Federal. Questão de Ordem na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental n.º 54 – Distrito Federal. Relator: Min. Marco Aurélio. Brasília, 27 de abril de

2005. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=484300>>. Acesso em: 07 jan. 2015.
- _____. Supremo Tribunal Federal. Reclamação n.º 2.833 – Roraima. Relator: Min. Ayres Britto. Brasília, 14 de abril de 2005. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=365630>>. Acesso em: 07 jan. 2015.
- _____. Tribunal Superior Eleitoral. Consulta n.º 1.398 – Distrito Federal. Relator: Min. Cesar Asfor Rocha. Brasília, 27 de março de 2007. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/arquivos/tse-resolucao-no-22-526-consulta-no-1-398>>. Acesso em: 07 jan. 2015.
- BRUST, Léo. A interpretação conforme a Constituição e as sentenças manipulativas. *Revista Direito GV*, São Paulo, v. 5, n. 2, p. 507-526, jul./dez. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/br/pdf/rdgv/v5n2/14.pdf>>. Acesso em: 08 mar. 2013.
- _____. *Controle de constitucionalidade: a tipologia das decisões do STF*. Curitiba: Juruá, 2014.
- _____. *La sentencia constitucional en Brasil*. 2011. 637 f. Tese (Doutorado em Direito) – Universidad de Salamanca, Salamanca, 2011. Disponível em: <http://gredos.usal.es/jspui/bitstream/10366/83205/1/DDPG_BrustL_Lasentencia.pdf>. Acesso em: 17 maio 2014.
- CAMAZANO, Joaquín Brage. Interpretación constitucional, declaraciones de inconstitucionalidad y arsenal sentenciador (un sucinto inventario de algunas sentencias “atípicas”). In: MACGREGOR, Eduardo Ferrer (Coord.). *Interpretación constitucional*. México, D.F.: Universidad Nacional Autónoma de México e Porruá, 2005. t. 1. p. 147-194. Disponível em: <<https://sites.google.com/site/drconstitucional/archivos/99.ArsenalSentenciador.PDF?attredirects=0>>. Acesso em: 17 mar. 2015.
- CARETTI, Paolo; DE SIERVO, Ugo. *Diritto costituzionale e pubblico*. Torino: G. Giappichelli, 2012.
- CELOTTO, Alfonso. *La Corte costituzionale*. Bologna: Il Mulino, 2004.
- CHELI, Enzo; DONATI, Filippo. La creazione giudiziale del diritto nelle decisioni dei giudici costituzionali. *Diritto pubblico*, Bologna, n. 1, p. 155-178, gen./apr. 2007.
- CICCONETTI, Stefano Maria. *Lezioni di giustizia costituzionale*. 4. ed. Torino: G. Giappichelli, 2010.

- COLÔMBIA. Corte Constitucional. Sentencia C-325/09. Bogotá, 13 de maio de 2009. Disponível em: <<http://www.corteconstitucional.gov.co/relatoria/2009/c-325-09.htm>>. Acesso em: 17 mar. 2015.
- CONSIGLIO DI STATO. In: AMARAL, Ana Maria Marcondes do. *Dicionário jurídico italiano-português*. São Paulo: Federal, 2006. (Revisão jurídica de José Percival Albano Nogueira Jr.) p. 128-129.
- CONSIGLIO REGIONALE. In: DEL GIUDICE, Frederico (a cura di). *Nuovo dizionario giuridico: enciclopedia di base del diritto*. 8. ed. Napoli: Simone, 2011. p. 227.
- CORTE DEI CONTI. In: AMARAL, Ana Maria Marcondes do. *Dicionário jurídico italiano-português*. São Paulo: Federal, 2006. (Revisão jurídica de José Percival Albano Nogueira Jr.) p. 145.
- CORTE DI CASSAZIONE. In: AMARAL, Ana Maria Marcondes do. *Dicionário jurídico italiano-português*. São Paulo: Federal, 2006. (Revisão jurídica de José Percival Albano Nogueira Jr.) p. 145-146.
- CRISAFULLI, Vezio. *Lezioni di diritto costituzionale: l'ordinamento costituzionale italiano: la Corte costituzionale*. 5. ed. rev. Padova: CEDAM, 1984. v. 2. t. 2.
- DÍAZ REVORIO, Francisco Javier. Tipología y efectos de las sentencias del Tribunal Constitucional en los procedimientos de inconstitucionalidad ante la reforma de la Ley Orgánica del Tribunal Constitucional español. In: MAC-GREGOR, Eduardo Ferrer; LARREA, Arturo Zaldívar Lelo de (Coord.). *La ciencia del derecho procesal constitucional: estudios en homenaje a Héctor Fix-Zamudio en sus cincuenta años como investigador del derecho: juez y sentencia constitucional*. México, D.F.: Universidad Nacional Autónoma de México, Instituto Mexicano de Derecho Procesal Constitucional e Marcial Pons, 2008. t. 5. p. 291-319. Disponível em: <http://biblio.juridicas.unam.mx/libros/6/2559/19.>>. Acesso em: 17 mar. 2015.
- GARCÍA, Hernán Alejandro Olano. Tipología de nuestras sentencias constitucionales. *Vniversitas*, Bogotá, n. 108, dez. 2004, p. 571-602. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/825/82510813.pdf>>. Acesso em: 17 mar. 2015.
- GROPPI, Tania. *The Constitutional Court of Italy: towards a multi-level system of constitutional review?*. Disponível em:

- <<http://www.commonlii.org/in/journals/INJlConLaw/2010/1.pdf>>. Acesso em: 14 jun. 2013.
- HECK, Luís Afonso. *O Tribunal Constitucional Federal e o desenvolvimento dos princípios constitucionais*: contributo para uma compreensão da Jurisdição Constitucional Federal Alemã. 2. ed. rev. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2012.
- _____. Prefácio. In: PIÑEIRO, Eduardo Schenato. *O controle de constitucionalidade*: direito americano, alemão e brasileiro. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2012.
- ISRAEL, Lucas Nogueira. *A legitimidade das sentenças manipulativas com efeitos aditivos no controle judicial de constitucionalidade*: entre a supremacia judicial e a supremacia parlamentar. 2014. 168 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade de Brasília, Brasília, 2014. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/16943/1/2014_LucasNogueiraIsrael.pdf>. Acesso em: 07 jan. 2015.
- _____. O paradigma do legislador negativo e as decisões manipulativas com efeitos aditivos: por uma conformação constitucionalmente adequada. *Revista da Procuradoria-Geral do Banco Central*, Brasília, v. 5, n. 2, p. 21-49, dez. 2011. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pgbcb/122011/revista_pgbc_vol5_num2.pdf>. Acesso em: 08 mar. 2013.
- ITÁLIA. Constituição (1948). *Costituzione della Repubblica italiana*. Disponível em: <<http://www.normattiva.it/uri-res/N2Ls?urn:nir:stato:costituzione>>. Acesso em: 31 jul. 2014.
- _____. Corte costituzionale. *Artt. 123, 127, 134, 135, 136, 137 della Costituzione*. Disponível em: <http://www.cortecostituzionale.it/documenti/download/pdf/CC_SS_fonti_C_a_123_127_134_137_rev.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2014.
- _____. Corte costituzionale. *Che cosa è la Corte costituzionale*. Disponível em: <http://www.cortecostituzionale.it/documenti/download/pdf/Cc_Checosa_2012.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2013.
- _____. Corte costituzionale. *Glossario della Corte costituzionale*. Disponível em: <http://www.cortecostituzionale.it/ActionPagina_318.do>. Acesso em: 15 abr. 2014.
- _____. Corte costituzionale. *La prassi del controllo di costituzionalità nell'attualità*: tipologia delle decisioni “di merito” nei giudizi sulle leggi. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/repositorio/cms/portalStfInternacional/portalStfSobreCo>>

rte_pt_br/anexo/La_prassi_del_controllo_di_costituzionalita_nel_lattualita.pdf>. Acesso em: 28 maio 2013.

_____. Corte costituzionale. Ordinanza 73/1965. Relator: Giuseppe Branca. Roma, 11 de novembro de 1965. Disponível em: <<http://www.cortecostituzionale.it/actionPronuncia.do>>. Acesso em: 06 ago. 2014.

_____. Corte costituzionale. Sentenza 1/1956. Relator: Gaetano Azzariti. Roma, 05 de junho de 1956. Disponível em: <<http://www.cortecostituzionale.it/actionPronuncia.do>>. Acesso em: 28 jul. 2013.

_____. Corte costituzionale. Sentenza 121/1966. Relator: Aldo Sandulli. Roma, 13 de dezembro de 1966. Disponível em: <<http://www.cortecostituzionale.it/actionPronuncia.do>>. Acesso em: 06 ago. 2014.

_____. Corte costituzionale. Sentenza 129/1957. Relator: Giovanni Cassandro. Roma, 12 de dezembro de 1957. Disponível em: <<http://www.cortecostituzionale.it/actionPronuncia.do>>. Acesso em: 06 ago. 2014.

_____. Corte costituzionale. Sentenza 356/1996. Relator: Gustavo Zagrebelsky. Roma, 14 de outubro de 1996. Disponível em: <<http://www.cortecostituzionale.it/actionPronuncia.do>>. Acesso em: 06 ago. 2014.

_____. Corte costituzionale. Sentenza 38/1957. Relator: Giovanni Cassandro. Roma, 27 de fevereiro de 1957. Disponível em: <<http://www.cortecostituzionale.it/actionPronuncia.do>>. Acesso em: 28 jul. 2013.

_____. Corte costituzionale. Sentenza 62/1966. Relator: Giovanni Battista Benedetti. Roma, 1º de junho de 1966. Disponível em: <<http://www.cortecostituzionale.it/actionPronuncia.do>>. Acesso em: 06 ago. 2014.

_____. Corte costituzionale. Sentenza 83/1966. Relator: Costantino Mortati. Roma, 15 de junho de 1966. Disponível em: <<http://www.cortecostituzionale.it/actionPronuncia.do>>. Acesso em: 06 ago. 2014.

_____. Decreto legislativo 16 marzo 1992, n. 266. *Normattiva*. Disponível em: <<http://www.normattiva.it/uri-res/N2Ls?urn:nir:stato:decreto.legislativo:1992-03-16;266!vig=2014-04-02>>. Acesso em: 31 jul. 2014.

- _____. Legge costituzionale 11 marzo 1953, n. 1. *Corte costituzionale*. Disponibile em: <http://www.cortecostituzionale.it/documenti/download/pdf/CC_SS_fonti_lc_11031953_n_1_rev.pdf>. Accesso em: 15 abr. 2014.
- _____. Legge costituzionale 18 ottobre 2001, n. 3. *Normattiva*. Disponibile em: <<http://www.normattiva.it/uri-res/N2Ls?urn:nir:stato:legge.costituzionale:2001-10-18;3!vig=>>>. Accesso em: 31 jul. 2014.
- _____. Legge costituzionale 22 novembre 1967, n. 2. *Corte costituzionale*. Disponibile em: <http://www.cortecostituzionale.it/documenti/download/pdf/CC_SS_fonti_lc_22111967_n_2_rev.pdf>. Accesso em: 15 abr. 2014.
- _____. Legge costituzionale 26 febbraio 1948, n. 2. *Normattiva*. Disponibile em: <<http://www.normattiva.it/uri-res/N2Ls?urn:nir:stato:legge.costituzionale:1948-02-26;2!vig=>>>. Accesso em: 31 jul. 2014.
- _____. Legge costituzionale 29 ottobre 1993, n. 3. *Normattiva*. Disponibile em: <<http://www.normattiva.it/atto/caricaDettaglioAtto?atto.dataPubblicazioneGazzetta=1993-10-30&atto.codiceRedazionale=093G0512>>. Accesso em: 31 jul. 2014.
- _____. Legge costituzionale 9 febbraio 1948, n. 1. *Corte costituzionale*. Disponibile em: <http://www.cortecostituzionale.it/documenti/download/pdf/CC_SS_fonti_lc_09021948_n_1_rev.pdf>. Accesso em: 15 abr. 2014.
- _____. Legge 11 marzo 1953, n. 87. *Corte costituzionale*. Disponibile em: <http://www.cortecostituzionale.it/ActionPagina_224.do>. Accesso em: 15 abr. 2014.
- _____. Legge 28 maggio 1936, n. 1003. *Normattiva*. Disponibile em: <www.normattiva.it/uri-res/N2Ls?urn:nir:stato:legge:1936-05-28;1003!vig=>>. Accesso em: 19 jun. 2015.
- _____. Legge 31 dicembre 2012, n. 247. *Normattiva*. Disponibile em: <www.normattiva.it/uri-res/N2Ls?urn:nir:stato:legge:2012-12-31;247!vig=>>. Accesso em: 19 jun. 2015.
- _____. Legge 5 giugno 2003, n. 131. *Normattiva*. Disponibile em: <<http://www.normattiva.it/uri-res/N2Ls?urn:nir:stato:legge:2003-06-05;131!vig=>>>. Accesso em: 15 abr. 2014.
- _____. Norme integrative per i giudizi davanti alla Corte costituzionale. *Corte costituzionale*. Disponibile em: <http://www.cortecostituzionale.it/documenti/download/pdf/CC_Fonti_NORM>

ME_INTEGRATIVE%20_05032011.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2014.

_____. Regio decreto legislativo 15 maggio 1946, n. 455. *Normattiva*. Disponível em: <<http://www.normattiva.it/uri-res/N2Ls?urn:nir:stato:regio.decreto.legislativo:1946-05-15;455!vig=2014-04-02>>. Acesso em: 31 jul. 2014.

_____. Regio decreto 9 luglio 1936, n. 1482. *Normattiva*. Disponibile em: <[>. Acesso em: 19 jun. 2015.](http://www.normattiva.it/uri-res/N2Ls?urn:nir:stato:regio.decreto:1936-07-09;1482!vig=)

_____. Regolamento generale della Corte costituzionale. *Corte costituzionale*. Disponível em: <http://www.cortecostituzionale.it/documenti/download/pdf/CC_Fonti_REGGENluglio_2009_05032011.pdf>. Acesso em: 31 jul. 2014.

IUS SUPERVENIENS. In: DEL GIUDICE, Federico. *Nuovo dizionario giuridico: enciclopedia di base del diritto*. 8. ed. Napoli: Simone, 2011. p. 605.

KNOERR, Cibele Fernandes Dias. *Decisões intermediárias da Justiça Constitucional como mutação da Constituição*. 2011. 361 f. Tese (Doutorado em Direito) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: <http://www.sapientia.pucsp.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=13740>. Acesso em: 25 mar. 2014.

LEGGE COSTITUZIONALE. In: DEL GIUDICE, Federico (a cura di). *Nuovo dizionario giuridico: enciclopedia di base del diritto*. 8. ed. Napoli: Simone, 2011. p. 651.

LEGITTIMITÀ. In: TRECCANI.IT L'ENCICLOPEDIA ITALIANA. *Vocabolario on line*. Disponível em: <<http://www.treccani.it/vocabolario/legittimita/>>. Acesso em: 29 mar. 2015.

LIMA, Erik Noleta Kirk Palma. *Paradoxo entre constitucionalismo e democracia*: alternativas à colmatação de lacunas inconstitucionais no Brasil. 2014. 144 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade de Brasília, Brasília, 2014. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/15810/1/2014_ErikNoletaKirkPalmaLima.pdf>. Acesso em: 07 jan. 2015.

MAIA, Cristiano Soares Barroso. *A sentença aditiva e o Supremo Tribunal Federal: entre o Estado de Direito e soberania popular*. 2013. 127 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade de Brasília, Brasília, 2013. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/10000/1/2013_1_10000.pdf>

- unb.br/bitstream/10482/15616/1/2013_CristianoSoaresBarrosoMaia.pdf>. Acesso em: 28 maio 2014.
- MALFATTI, Elena; PANIZZA, Saulle; ROMBOLI, Roberto. *Giustizia costituzionale*. 4. ed. Torino: G. Giappichelli, 2013.
- MARCENÒ, Valeria *et al.* *Tecniche interpretative della Corte Costituzionale*: descrizione delle tipologie di sentenze. Disponível em: <http://www.dircost.unito.it/SentNet1.01/def/sn_descrizione_tipi_sentenze.shtml>. Acesso em: 03 maio 2014.
- _____. *Tecniche interpretative della Corte Costituzionale*: elenco tipi sentenze. Disponível em: <http://www.dircost.unito.it/SentNet1.01/def/sn_tipi_decisioni.shtml>. Acesso em: 03 maio 2014.
- MARTÍN DE LA VEGA, Augusto. *La sentencia constitucional en Italia*: tipología y efectos de las sentencias en la jurisdicción constitucional italiana: medio siglo de debate doctrinal. Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2003.
- MEDEIROS, Rui. *A decisão de inconstitucionalidade*: os autores, o conteúdo e os efeitos da decisão de inconstitucionalidade da lei. Lisboa: Universidade Católica, 1999.
- MENDES, Gilmar Ferreira; COELHO, Inocêncio Mártires; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. *Curso de direito constitucional*. 5. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2010.
- MEYER, Emílio Peluso Neder. *A decisão no controle de constitucionalidade*. São Paulo: Método, 2008. (Coleção Professor Gilmar Mendes; 9)
- MORAIS, Carlos Blanco de. As sentenças com efeitos aditivos. In: _____ (Coord.). *As sentenças intermédias da justiça constitucional*: estudos luso-brasileiros de direito público. Lisboa: AAFDL, 2009. p. 13-115.
- _____. *Justiça constitucional*: o direito do contencioso constitucional. 2. ed. Coimbra: Coimbra, 2011. t. 2.
- NOGUEIRA ALCALÁ, Humberto. Consideraciones sobre las sentencias de los Tribunales Constitucionales y sus efectos en América del Sur. *Ius et Praxis*, Talca, v. 10, n. 1, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-00122004000100005>. Acesso em: 17 mar. 2015.
- PAIVA, Paulo Frederico. Acerca da admissibilidade de decisões aditivas em matéria penal: análise da decisão do STF na ADPF 54. *Observatório da Jurisdição Constitucional*, Brasília: IDP, ano

- 5, 2011/2012. Disponível em: <<http://ojs.idp.edu.br/index.php/observatorio/article/viewFile/678/465>>. Acesso em: 21 mar. 2014.
- _____. Decisões manipulativas em controle de constitucionalidade e sua admissibilidade em matéria criminal. *Observatório da Jurisdição Constitucional*, Brasília: IDP, ano 2, 2008/2009. Disponível em: <<http://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/index.php/observatorio/article/viewFile/200/171>>. Acesso em: 10 jan. 2013.
- PALADIN, Livio. *Diritto costituzionale*. 3. ed. Padova: Cedam, 1998.
- PINARDI, Roberto. *L'horror vacui nel giudizio sulle leggi: prassi e tecniche decisionali utilizzate dalla Corte costituzionale allo scopo di ovviare all'inerzia del legislatore*. Milano: A. Giuffrè, 2007.
- PRECEDENT. In: GARNER, Bryan A. (Ed.). *Black's Law Dictionary*. 7th ed. St. Paul, MN: West Group, 1999. p. 1.195.
- RAMOS NETO, Newton Pereira. *A construção do Direito na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal: limites e possibilidades no uso das sentenças aditivas*. Observatório da Jurisdição Constitucional, Brasília: IDP, ano 3, 2009/2010. Disponível em: <<http://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/index.php/observatorio/article/viewFile/255/211>>. Acesso em: 08 mar. 2013.
- ROLLA, Giancarlo. *Il sistema costituzionale italiano: l'organizzazione costituzionale dello Stato*. 4. ed. Milano: A. Giuffrè, 2010. (Volume Primo)
- RUGGERI, Antonio; SPADARO, Antonino. *Lineamenti di giustizia costituzionale*. Torino: G. Giappichelli, 1998.
- SÁ, Fátima. Omissões inconstitucionais e sentenças aditivas. In: MORAIS, Carlos Blanco de (Coord.). *As sentenças intermédias da justiça constitucional: estudos luso-brasileiros de direito público*. Lisboa: AAFDL, 2009. p. 409-473.
- SAMPAIO, José Adércio Leite. *A constituição reinventada pela jurisdição constitucional*. Belo Horizonte: Del Rey, 2002.
- _____. As sentenças intermediárias de constitucionalidade e o mito do legislador negativo. In: _____; CRUZ, Álvaro Ricardo de Souza. *Hermenêutica e jurisdição constitucional: estudos em homenagem ao professor José Alfredo de Oliveira Baracho*. Belo Horizonte: Del Rey, 2001. p. 159-194.
- SOUZA NETO, Cláudio Pereira de; SOUSA FILHO, Ademar Borges de. Raposa Serra do Sol expõe limites às sentenças aditivas.

- Consultor Jurídico*, São Paulo, 07 mar. 2013. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2013-mar-07/raposa-serra-sol-expoe-limites-producao-sentencas-aditivas>>. Acesso em: 07 jan. 2015.
- STARE DECISIS. In: GARNER, Bryan A. (Ed.). *Black's Law Dictionary*. 7th ed. St. Paul, MN: West Group, 1999. p. 1.414.
- XAVIER, Taciana. A tutela das omissões relativas (geradas pela violação do princípio da igualdade) através do controle de constitucionalidade por ação, no sistema jurídico brasileiro. In: MORAIS, Carlos Blanco de (Coord.). *As sentenças intermédias da justiça constitucional: estudos luso-brasileiros de direito público*. Lisboa: AAFDL, 2009. p. 325-408.
- ZAGREBELSKY, Gustavo; MARCENÒ, Valeria. *Giustizia costituzionale*. Bologna: Il Mulino, 2012.